

RECURSO ESPECIAL Nº 1.696.270 - MG (2017/0225177-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : JESUS DO NASCIMENTO JUNIOR
ADVOGADO : DALTON MAX FERNANDES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - MG081692

DESPACHO

Vistos etc.

O presente recurso especial veicula controvérsia jurídica selecionada pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região como representativa de controvérsia por meio da decisão de admissibilidade proferida no Recurso Especial n. 1.756.406/PA. Essa controvérsia está assim delimitada: **possibilidade de manutenção de penhora de valores via sistema BACENJUD no caso de parcelamento do crédito fiscal executado (art. 151, VI, do CTN).**

Conforme destaquei às e-STJ, fls. 167-168, o Ministro Sérgio Kukina determinou a redistribuição do presente processo, dos Recursos Especiais 1.702.675/BA e 1.703.535/PA e do Agravo em Recurso Especial n. 1.273.560/SP ao Presidente da Comissão Gestora de Precedentes para possibilitar a oportuna análise pelo relator do referido Recurso Especial n. 1.756.406/PA, Ministro Mauro Campbell Marques, sobre a afetação de dois ou mais recursos repetitivos que tratem sobre a questão jurídica selecionada pelo Presidente do TRF da 1ª Região como representativa da controvérsia.

Nesse sentido, impõe-se a este recurso a adoção do rito estabelecido pelos arts. 256 ao 256-D do Regimento Interno do STJ, que estabelecem atribuições ao Presidente do STJ para despachar, antes da distribuição, em recursos representativos da controvérsia (candidatos à afetação) – atribuições essas delegadas ao Presidente da Comissão Gestora de Precedentes mediante a Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017.

Quanto a esse ponto, a análise dos RRCs pelo Presidente da Comissão Gestora de Precedentes deve ser restrita aos limites regimentais, de forma que,

após a distribuição, o ministro relator possa se debruçar sobre a proposta de afetação do processo ao rito dos repetitivos no prazo de 60 dias úteis (RISTJ, art. 256-E) a fim de:

a) rejeitar, de maneira fundamentada, a indicação do recurso especial como representativo da controvérsia (inciso I);

b) propor à Corte Especial ou à Seção, conforme o caso, a afetação do recurso para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (inciso II).

Feito esse breve registro, passo à análise precária formal do presente recurso **representativo da controvérsia**.

A Procuradoria-Geral da República, por meio do parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Darcy Santana Vitobello, manifesta-se pela admissão do recurso como representativo da controvérsia.

Em análise superficial do processo, **plenamente passível de revisão pelo relator destes autos**, entendo preenchidos os requisitos formais previstos no art. 256 do Regimento Interno do STJ, de acordo com o parecer do Ministério Público Federal.

Com relação à questão de direito veiculada no recurso, registro que a matéria em debate ainda não foi decidida pelo Superior Tribunal de Justiça sob o rito qualificado dos repetitivos, podendo ser identificados diversos julgados proferidos pelas Turmas que compõem a Primeira Seção do STJ em que se discute a possibilidade ou não do desbloqueio de ativos financeiros na hipótese de adesão do devedor ao parcelamento da dívida fiscal, matéria relevante sob o aspecto jurídico e processual com grande potencial de repetitividade em todo o território nacional.

Cito, a título ilustrativo, os seguintes julgados: AgRg nos EDcl no REsp 1.342.361/PE, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 4/10/2016; AgInt no REsp 1.614.946/DF, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 29/3/2017; REsp 1.688.729/PE, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 16/10/2017 e AgInt no REsp.1.596.222/PI, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de

30/9/2016.

Nesse sentido, o julgamento do processo sob a sistemática dos recursos repetitivos, precedente qualificado de estrita observância pelos juízes e tribunais nos termos do art. 121-A do RISTJ e do art. 927 do CPC, orientará as instâncias ordinárias, com importantes reflexos em institutos de aceleração processual, tais como a tutela da evidência e a improcedência liminar do pedido, a depender do resultado do recurso repetitivo. O julgamento qualificado poderá, ainda, evitar decisões divergentes nas instâncias de origem e o envio desnecessário de recursos especiais e/ou agravos em recursos especiais a esta Corte Superior.

Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 256-D do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, **distribua-se** o presente recurso por prevenção ao **REsp n. 1.756.406/PA (2018/0195009-0)**.

Determino a marcação deste processo como representativo da controvérsia (candidato à afetação) e a sua vinculação à **Controvérsia n 59/STJ**.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes - Portaria STJ 299/2017